Quarta-Feira, 11 de Novembro de 2026

Polícia Civil aumenta em 700% a conclusão de investigações preliminares sobre crimes fiscais em Mato Grosso

Número de inquéritos finalizados também cresceu, de 35 para 55; depoimentos colhidos em investigações subiram de 206 para 295

A Polícia Civil de Mato Grosso, por meio da Delegacia Especializada em Crimes Fazendários (Defaz), apresentou um crescimento no número de investigações concluídas sobre crimes contra a ordem tributária. No primeiro semestre de 2025, a unidade finalizou 176 Autos de Investigação Preliminar (AIPs), contra apenas 22 no mesmo período do ano passado, um aumento de 700%.

Os Autos de Investigação Preliminar (AIPs) são procedimentos mais simples e ágeis utilizados pela Polícia Judiciária Civil para apurar, de forma inicial, possíveis indícios de crimes, antes da abertura de um inquérito policial formal. Por terem uma estrutura menos burocrática, os AIPs permitem uma investigação mais célere e prática, facilitando a coleta de informações, análise de documentos e realização de diligências preliminares. Essa ferramenta tem se mostrado essencial para dar mais fluidez às apurações, garantindo respostas mais rápidas sem comprometer a legalidade e a qualidade das investigações.

Segundo o delegado Walter Fonseca, esse avanço é resultado direto do aprimoramento dos métodos de trabalho e do esforço da equipe. “Houve uma dedicação conjunta dos policiais e escrivães da nossa unidade para tornar os procedimentos mais eficientes. Isso refletiu diretamente no número de autos concluídos, com mais qualidade e agilidade”, explicou.

Além disso, a Defaz registrou aumento de 675% nas representações encaminhadas ao Poder Judiciário, que são instrumentos utilizados para solicitar medidas como mandados de busca ou quebras de sigilo. Foram 31 representações em 2025, contra 4 em 2024.

O número de inquéritos finalizados também cresceu, de 35 para 55, representando alta de 57%. Já os depoimentos colhidos em investigações (as chamadas oitivas) subiram de 206 para 295, um crescimento de 43%.

Mais eficácia no combate à sonegação

A Defaz é responsável por investigar crimes fiscais que causam prejuízo aos cofres públicos do Estado, como a sonegação de impostos e o uso de empresas fantasmas para fraudar o fisco. Um dos destaques do semestre foi a “Operação Rent-A-Business”, realizada em maio deste ano, que desmantelou um esquema bilionário envolvendo empresas fictícias.

As investigações apontaram que mais de R$ 7,6 bilhões em notas fiscais foram movimentados por essas empresas, com recolhimento mínimo de impostos. O objetivo seria ocultar a real origem das mercadorias e evitar o pagamento correto dos tributos. Os suspeitos podem responder por crimes como sonegação fiscal, falsidade documental e associação criminosa.

“O que estamos colhendo agora é fruto de uma estratégia focada em planejamento, organização e profissionalismo. Com esse trabalho, buscamos proteger o erário público e garantir que todos cumpram com suas obrigações fiscais”, finalizou o delegado.

Dana Campos | Polícia Civil-MT